

## ATA Nº 11/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS.

Aos vinte dias do mês de agosto, às dezesseis horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, localizada na rua 1822, nº 1510, Balneário Camboriú, os(as) seguintes **conselheiros(as)**: Tatiane Aparecida Martins do Rosário (Titular/Sec. de Educação); Victor Moreira de Moraes Lopes (Titular/Sec. de Saúde); Paulo Roberto de Souza (Titular/Sec. de Inclusão Social); Carlos Eduardo Caetano (Suplente/Procuradoria Geral); Maristela Rocha (Titular/Sec. da Pessoa Idosa); Otávio José Zini Vieira (Titular/Amigos e Tribos); Ana Paula Barreto (Titular/Associação de Travestis e Gays de BC); Fernando Lisboa (Suplente/Associação de Travestis e Gays de BC); Thomas Herman Sant'Ana Maciel (Suplente/Coopermar); Marisa Zanoni Fernandes (Titular/ACESA), Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12); Eliz Marine Wiggers (Suplente/CRP12) e Daniel Pereira (Titular/Instituto Semeiar Diversidade).

**Justificaram** sua ausência: Rosinei Laverde (Suplente/Sec. de Inclusão Social), Ana Lucia Lodi Ribeiro (Suplente/Instituto Semeiar Diversidade). Contando com a participação de **outros representantes**: Pai Alex (Casa de Caridade). Presidente Otávio dá início à reunião com a seguinte **pauta**: 1. Parada da Diversidade; 2. Atendimento do Ruth Cardoso; 3. Análise do projeto "não dê esmola". Inicialmente fala da vaga para entidade não governamental que tinha no conselho, a qual está sendo preenchida neste dia com a entidade "Associação de Travestis e Gays de Balneário Camboriú", a qual encaminhou ficha de inscrição e documentação ata de eleição da última Diretoria e Regimento Interno, no qual consta a Defesa dos Direitos Humanos, sendo seus representantes: Ana Paula Barreto (titular) e Fernando Lisboa (suplente). Informa que se houver outras entidades não governamentais que queiram fazer parte do conselho, poderão se inscrever para participar do fórum no final do ano, mas que provavelmente, haverá mais duas vagas pelas faltas de outras entidades. Após, são apresentados os **Documentos Expedidos**: Ofício nº 19/2019 encaminhado à Secretaria de Articulação Governamental e ao Sr. Prefeito, com cópia para a 6ª Promotoria de Justiça, solicitando o projeto de Reforma Administrativa, sendo que solicitou ao Secretário encaminhamento ao conselho antes de enviar à Câmara de Vereadores. Presidente Otávio informa que a resposta é que pode ser acessada e qualquer alteração deverá ser feita junto aos Vereadores. Ofício que era para o Conselho Municipal de Assistência Social, e foi para SDIS, para solicitar as atas das reuniões do CMAS onde houve discussões sobre a formulação do projeto "Não dê Esmola, dê Oportunidade", visando ter os apontamentos que foram feitos pelo conselho na formulação desta política pública. **Documentos recebidos**: Convite da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, referente ao lançamento do Programa Bem Estar da Família, que acontecerá no Teatro Municipal Bruno Nitz na quinta-feira cinco de setembro, às dez horas; Correspondência eletrônica referente a justificativa do conselheiro suplente Rosinei Laverde, representante da SDIS. Na sequência, Presidente fala a respeito da criação do Fundo, e que o intuito era deixá-lo pronto, mesmo sem verba, para o momento em que entrasse. Conselheira Marisa fala da importância da criação do Fundo. Na continuidade, são apresentadas as atas pendentes, **sendo aprovadas e assinadas as atas Nº 05/2019** da reunião ordinária do dia vinte e um de maio, **ata Nº 09/2019** da reunião ordinária do dia dezesseis de julho e **ata Nº 10/2019** da reunião extraordinária do dia vinte e cinco de julho. Após, Presidente Otávio fala a respeito do ofícios expedido à Parada Diversidade e passa a palavra ao Sr. Fernando, o qual fala que está prevista para o dia dezessete de novembro, e estão informando à Prefeitura que será realizada na Avenida Atlântica e dado ciência à Polícia Militar e à Guarda Municipal, tendo sido encaminhado ofício ao Prefeito não tendo obtido resposta. Explica que o Prefeito quer que os eventos não oficiais sejam realizados na 4ª Avenida, mas a Marcha para Jesus, da qual ele faz parte é considerado um "Evento do Município" e trata-se de um governo da minoria. Informa que ano passado entraram com um processo de improbidade administrativa. Presidente solicita que passem ao Conselho ofício que foi encaminhado, para encaminhar cópia ao Ministério Público, com a data do protocolo, baseado na Lei de Transparência, pelo qual deve responder num determinado prazo. Presidente questiona se foram feitos os pedidos de praxe, como banheiro químico. Representante explica que só estão pedindo o apoio logístico, segurança do trânsito "em meia via". Presidente pede autorização para solicitar, em nome do Conselho, que sejam fechadas as duas vias e o conselho irá pedir também os banheiros públicos, para que seja dado o mesmo que foi oferecido ao movimento Bolsonaro, onde foi dada toda a segurança, sendo que foi solicitado dois dias antes. Claudemir fala sobre o Projeto de Lei relativo ao local de realização dos eventos do município e sugere trazer esse grupo que criou o mesmo, e analisar qual o critério para determinar quem vai para 4ª Avenida. É esclarecido que é inconstitucional. Representante Alex fala que o público tem que ter ciência da dificuldade na realização da parada. Presidente esclarece que todo

ano chega na mídia. Marisa explica que não é problema só deste Gestor, já houve esse problema em outras gestões também, e que o intuito é mostrar a diversidade. Conselheiros falam que se mistura muito religião com política. Claudemir fala dos encaminhamentos que já fez para o CREAS, de casos de pessoas querendo se suicidar após terem sido espancadas. Presidente solicita encaminhamento para o e-mail da Casa dos Conselhos ou para o seu. Conselheiros questionam a respeito das empresas que exploram o movimento. Fernando fala da dificuldade com o trio elétrico que retirou o apoio ao movimento e tiveram que arcar com as despesas pagando outro trio elétrico. Relata que este ano provavelmente irão contar com o apoio dos DJs. Claudemir fala que ainda quem vai pensa na parada como uma festa e esquece que se trata da defesa dos direitos. Fala também na violência. Conselheira Marisa acredita que é bem interessante que o conselho una forças dando apoio ao movimento e parabeniza pela iniciativa. Marisa propõe que cada um se apresente. Thomas, representante da Coopermar, conselheiro do CMDH, CMES e COMUS, cursando Direito; Otávio, Presidente da Associação Amigos e Tribos conselheiro no COMUS, CMTC e no CCCBC, Daniel estudante de Relações Internacionais, Diretor de Campo; Claudemir Psicólogo, representando CRP, também conselheiro do COMUS, Elis Professora de Psicologia na UNIAVAN, e conselheira do CMDH e COMUS. Lisboa, um dos organizadores da Parada e também faz parte da Associação da Ana Paula; Vitor (GERAV), representa o CAPS e atua na prevenção ao suicídio; Ana Paula, presidente da Associação de Travestis e Gays de Balneário Camboriú, participou de várias conferências em Brasília; Marisa Zanoni (Prof. de UNIVALI), militante das minorias, representa ACESA, trabalha com Pedagogia e Licenciaturas na Univali e foi Vereadora na Gestão passada também. Carlos Eduardo, conselheiros suplente, representante da Procuradoria, substituindo Thaisa Duwe. Maristela, formada em Direito na Univali, hoje acadêmica de Psicologia na UNIAVAN trabalha no Programa Abraço, trabalhou dezessete anos na Procuradoria. Alex, sacerdote Umbanda, faz vinte e oito anos que mora em Balneário Camboriú e nunca viu tanta tristeza em BC como ultimamente. Tatiane, Orientadora (Pte. Médici), Professora da Rede, fala que esses momentos de trocas são magníficos, assim como também se colocar no lugar do outro. Presidente faz a proposta que o CMDH **pleiteei uma vaga no CMTC**, indicando depois titular e suplente, mas coloca em deliberação da plenária, **sendo aprovado por UNANIMIDADE**. Passa-se então ao item da pauta referente ao **Atendimento no Hospital Municipal Ruth Cardoso**. Foi trazido ao conselho que o atendimento será via CPF, mas o sistema de saúde não pode excluir as pessoas em situação de rua, as quais não tem como fazer o credenciamento. Coloca em deliberação da plenária se será chamado representante da Secretaria de Saúde ou se já se tomará alguma medida. Respondendo aos questionamentos dos conselheiros, Presidente Otávio explica que seria interessante que notificasse, já que o conselho soube via mídia. Eliz, sugere que seja direcionado à Secretaria de Saúde e não só ao Ruth Cardoso. Eliz explica que a idéia é abrir o PA Nações, PA Municípios e ampliar PA da Barra, e fechar as portas a outros municípios do Ruth Cardoso. Fala da interface com o SUAS dentro do município, se tratando de uma questão da Secretaria de Saúde. Presidente deixa essa pauta em aberto para deliberação no final. Logo, fala a respeito do **Projeto Não dê Esmola**. Eliz destaca que tem uma incongruência entre os dois projetos. O atual ocupando o lugar da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, destacando que o projeto está ocupando o lugar do projeto de população de rua que está alinhado com o CREAS e se coloca um outro de planejamento e adequação deste projeto, que é o Não dê esmola, vinculado ao CREAS e ao CRAS. Então não fica claro qual está em andamento, e esclarece que deve ser readequado dentro da política de Assistência Social. Presidente Otávio fala que não tem justificativa, nem metodologia, apresenta um atendimento inexistente, como CENTRO POP, que não existe, pelo qual está pagando multa pela inexistência dele, que foi tentado fazer no centro, na Rua 2000 e pela movimentação dos moradores não foi feito. E em toda peça publicitária está como que atende oitenta pessoas por dia. Eliz fala que tem números totalmente diferentes. Conselheiro Carlos Eduardo, representante da Procuradoria questiona qual a fonte, para o qual é informado que é a SDIS. Após sanar as dúvidas dos conselheiros referente às funções do Centro POP, é esclarecido que está vinculado ao CREAS mas não existe. Marisa fala que ao invés de fortalecer o serviço da assistência, está sendo criado um conflito, para o qual é necessário reforçar neste ponto para entender o que está acontecendo. Eliz fala na incongruência entre os objetivos do Sistema Único de Assistência Social e a SDIS, o que não está claro é qual a função desta Secretaria, se ela é um braço do Sistema ou ela é um programa separado. Presidente Otávio sugere que se reenviem as cópias para todos os conselheiros novamente, e sugere marcar uma reunião extraordinária chamando uma pessoa da Secretaria de Inclusão Social e uma da Secretaria de Saúde para esclarecimentos do projeto e do atendimento do Ruth, encaminhando ofícios para Saúde, CREAS, CRAS e SDIS, para esclarecimentos, referente à análise do projeto e políticas públicas. Eliz sugere chamar somente representante da

Secretaria de Inclusão Social, e na próxima reunião ordinária chamar representante da Saúde. É deliberado oficiar SDIS e CREAS, com cópia ao Ministério Público, para participar da **reunião extraordinária na terça-feira três de setembro às quinze horas**, na primeira terça. Presidente solicita que a Casa dos Conselhos encaminhe novamente os projetos e relatórios. Respondendo aos questionamentos referentes aos atendimentos de moradores de rua, e considerando alguns casos em que o CAPS tinha determinado a permanência na Casa de Passagem e mesmo assim a pessoa foi retirada da casa pois alegaram que tinha passado o prazo de quarenta e oito horas de permanência,, conforme relato do Presidente, Vitor esclarece o fluxo dos encaminhamentos do CAPS, a partir do CREAS, e explica que, com deferimento da Secretaria de Inclusão, pode permanecer na Casa de Passagem. Após é passada a palavra ao conselheiro Thomas, que fala do programa Não dê Esmola, e manifesta que foi evidente que houve colocações que faltam à verdade. Fala do TAC. Informa que a pessoa que está na Casa de Passagem, vai trabalhar na Cooperativa e é mandada embora de lá antes de receber seu salário. **Thomas fala do corte do fornecimento de água na Cooperativa, para se manter e para furar o poço e estão com trinta pessoas**, onde o município está sob TAC por terem auxiliado cooperativas em Camboriú, sendo que deveriam ter feito contratação e afirma que estão forçando a parada da Coopermar para não ter condição de fazer o serviço, e por Lei tem que haver o contrato e a Prefeitura está forçando a Coopermar a um contrato de parceria e temos ao todo quatrocentos e oitenta catadores, e a Cooperativa poderia estar oferecendo mais de duzentas vagas de trabalho para os moradores de rua. Neste momento estão sem água e solicita **Carta de Repúdio e aconselhamento ao Ministério Público a rever o TAC, observando as diretrizes de gestão de resíduos sólidos no município**. Presidente sugere que a Nota de Repúdio seja desenvolvida pela comissão temporária. Presidente solicita que se alguém que não estava na última reunião e não foi colocado em nenhuma comissão e quiser fazer parte de alguma, que se manifeste. Para isto procede à leitura da composição das mesmas. Logo fala da Comissão temporária, que irá tratar a questão dos catadores. No que diz respeito à questão da água, considerando o Direito Humano, pode se obrigar a Prefeitura a providenciar. Solicita à SPI e Ana Paula que entrem em alguma comissão, para o qual a representante Maristela da SPI entra na comissão de Acompanhamento de Projetos, Ana Paula na de Políticas Básicas e Garantia de Direitos e Daniel na de Comunicação. Thomas irá trazer o TAC. Presidente orienta que Thomas deverá anexar o relato à ata. Marisa fala que a questão da água deve ser destacada num primeiro ofício. Thomas informa que cortaram os cinco mil litros de água semanal que estavam fornecendo, pois estava claro que se tratava de uma região de insuficiência hídrica. Presidente Otávio fala que primeiramente deve ser resolvida a questão da água, e depois a questão do TAC. Thomas alega que o TAC está errado. É sugerido encaminhar com cópia para EMASA. Claudemir fala que Thomas precisa procurar um local que possa lhe dar a orientação correta dos encaminhamentos. **Otávio enviará ofício para Procuradoria, e Promotoria, com TAC e ata desta reunião, para providências por se tratar de uma questão emergencial**. Nada mais havendo a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

Carlos Eduardo Bastos

PP

Elizmaria Weger

Claudemir Jacó